

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente.....	3
Balanco patrimonial	8
Demonstração dos resultados.....	9
Demonstração dos resultados abrangentes.....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Demonstração do valor adicionado.....	13
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	
1 Informações gerais	14
2 principais políticas contábeis	15
3 Contrato de concessão.....	24
4 Caixa e equivalentes de caixa	25
5 Contas a receber	25
6 Impostos, taxas e contribuições	26
7 Depósitos judiciais	27
8 Partes relacionadas	28
9 Imobilizado.....	30
10 Intangível	32
11 Debêntures	35
12 Provisão para riscos processuais.....	38
13 Patrimônio líquido	40
14 Receita operacional líquida	41
15 Despesas e custos por natureza	42
16 Resultado financeiro	42
17 Resultado por ação.....	42
18 Seguros.....	43
19 Instrumentos financeiros.....	43
20 Informações por segmento	45
21 Transação não caixa	45

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Linha Amarela S.A. - LAMSA
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Linha Amarela S.A. - LAMSA** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linha Amarela S.A. - LAMSA (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às demonstrações contábeis, que versa sobre continuidade operacional em relação a litígio com o Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2022, a Prefeitura do Rio de Janeiro, considerando a perícia realizada pela Alumni COPPEAD, na questão da indicação de potencial sobrepreço nas obras executadas, notificou a Companhia autorizando a abertura de processo administrativo para apurar a nulidade do 11º Aditivo do Contrato de Concessão. Em 12 de dezembro de 2022 foi realizada audiência judicial no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro entre as partes e ficou acordado que o Município prosseguiria com a suspensão do processo administrativo, bem como não iniciaria nova licitação até o esclarecimento do laudo pericial em nova audiência agendada para 02 de fevereiro de 2023, sendo esta prorrogada para 10 de março de 2023. Nesta audiência, não houve posicionamento do juízo e este mencionou que aguardará o posicionamento do STF que por sua vez deu início à sessão virtual no mesmo dia, e no dia 14 de março de 2023 um dos ministros da corte pediu vistas do processo. Em 25 de junho de 2023 houve a devolução dos autos para julgamento agendado para 04 a 14 de agosto de 2023, em sessão virtual no STF. No dia 5 de agosto de 2023 houve novo pedido de vistas ao processo. Em 20 de novembro de 2023, foi efetuado devolução dos autos para julgamento em sessão virtual agendada entre os dias 01 de dezembro de 2023 a 11 de dezembro de 2023. Em 04 de dezembro de 2023, em sessão virtual, houve novo pedido de vistas ao processo, sendo esse suspenso. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A seguir, descrevemos os principais assuntos de auditoria:

Reconhecimento de receita

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações contábeis, a receita de prestação de serviços é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

Adicionalmente, a receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia; e (ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de prestação de serviços;
- (ii) identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e a avaliação do desenho, da implementação e do teste de efetividade, quando aplicável, dessas atividades de controles;
- (iii) o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação para a realização de testes específicos relacionados a validação mensal do cálculo sistêmico da receita tarifária. (recálculo mensal da receita, tarifa x nº de passageiros pagantes).
- (iv) Procedimento de confirmação externa junto às operadoras dos sistemas de pagamento automático de pedágio e às transportadoras de valores.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento de receita de serviços, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Intangível de concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota 10, a Companhia possui montante relevante reconhecido como intangível de concessão. A Companhia utiliza o método de amortização linear para o cálculo da amortização do ativo intangível de concessão.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois:

- (i) os valores são relevantes no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia;
- (ii) é necessária a avaliação da alocação das adições do intangível em conformidade com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão;
- (iii) a avaliação de *impairment* envolve premissas e critérios subjetivos para mensuração, baseadas em dados de performance histórica e indicadores disponíveis no mercado; e
- (iv) o cálculo da amortização ativo intangível e como consequência a determinação da vida útil, envolve estimativas relevantes.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- (i) realização de procedimentos de controle para avaliar a eficácia dos controles internos implementados pela Companhia no processo de reconhecimento e mensuração dos intangíveis de concessão;
- (ii) execução de procedimentos substantivos em bases amostrais com o objetivo de avaliar se evidências que suportam o atendimento dos requisitos necessários para classificação das adições feitas ao intangível como intangível de concessão;
- (iii) execução, em bases amostrais, de inspeção dos documentos que dão suporte às adições feitas ao intangível de concessão;
- (iv) validação da avaliação da Companhia em relação à existência de indícios de redução ao valor recuperável do intangível de concessão. Com o auxílio dos nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Administração da Companhia no cálculo de *impairment*. Para avaliação das premissas, nos utilizamos de dados de performance histórico da Companhia e de indicadores disponíveis no mercado;
- (v) realização de procedimentos substantivos sobre as bases e premissas utilizadas pela Companhia para estimar a vida útil do intangível de concessão; e
- (vi) análise das políticas contábeis aplicadas pela Companhia, se estão em conformidade com as normas contábeis relevantes e avaliamos se os requisitos de divulgação foram atendidos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do intangível de concessão, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e relatório do auditor

A Administração da companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2024

Mazars Auditores Independentes
CRC nº2SP023701/O-8

DocuSigned by:

Cleber de Araujo

37095C162BEC440...

Cleber de Araujo

Contador CRC 1SP213655/O-8

DocuSigned by:

Tibério Melo

3BC0D5550923454...

Tibério Melo

Contador CRC 1SP313893/O-2

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

<u>Ativo</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.262	105.552
Contas a receber	5	10.859	9.592
Estoques		1.378	1.547
Tributos a recuperar	6.b	27.475	28.423
Adiantamentos		2.755	930
Partes relacionadas	8	-	264
Outros		2.153	2.472
Total do ativo circulante		59.882	148.780
Não Circulante			
Impostos diferidos ativos	6.a	-	2.532
Depósitos judiciais	7	7.992	16.300
Outros ativos		-	33
Imobilizado	9	11.731	13.798
Intangível	10	294.365	311.403
Total do ativo não circulante		314.088	344.066
Total do ativo		373.970	492.846
<u>Passivo e patrimônio líquido</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		5.485	4.905
Debêntures	11	-	16.613
Impostos a recolher	6.c	30.539	31.163
Obrigações com empregados e administradores		5.805	5.007
Dividendos e juros sobre o capital próprio	8 e 13.c	77.559	164.173
Partes relacionadas	8	-	4.613
Outros passivos		683	500
Total do passivo circulante		120.071	226.974
Não Circulante			
Debêntures	11	-	66.891
Impostos diferidos passivos	6.a	259	-
Dividendos a pagar	8 e 13.c	15.271	-
Provisão para riscos processuais	12	6.693	15.672
Total do passivo não circulante		22.223	82.563
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	91.953	91.953
Reserva de lucros	13.b	18.391	15.836
Dividendos adicionais propostos	13.d	121.332	75.520
Total do patrimônio líquido		231.676	183.309
Total do Passivo e patrimônio líquido		373.970	492.846

As notas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	14	167.901	167.179
Custo dos serviços prestados	15	(66.815)	(62.149)
Lucro Bruto		101.086	105.030
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	15	(11.441)	(21.127)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	(74)	(325)
Resultado operacional		89.571	83.578
Receitas e despesas financeiras			
Receitas financeiras	16	11.629	12.677
Despesas financeiras	16	(5.687)	(13.697)
Resultado financeiro		5.942	(1.020)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		95.513	82.558
Imposto de renda e contribuição social		(31.875)	(27.628)
Corrente	6.d	(29.083)	(29.482)
Diferido	6.d	(2.792)	1.854
Lucro líquido do exercício		63.638	54.930
Lucro básico por lote de mil ações (em reais - R\$)	17	0,3002	0,2591
Lucro diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	17	0,3002	0,2591

As notas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro do exercício	<u>63.638</u>	<u>54.930</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>63.638</u></u>	<u><u>54.930</u></u>

As notas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Dividendos adicionais propostos</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		91.953	13.089	36.382	-	141.424
Destinação reserva legal		-	2.747	-	(2.747)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(13.045)	(13.045)
Dividendos adicionais propostos	13.c	-	-	39.138	(39.138)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	54.930	54.930
Saldos em 31 de dezembro de 2022		91.953	15.836	75.520	-	183.309
Saldos em 31 de dezembro de 2022		91.953	15.836	75.520	-	183.309
Destinação reserva legal		-	2.555	-	(2.555)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(15.271)	(15.271)
Dividendos adicionais propostos		-	-	45.812	(45.812)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	63.638	63.638
Saldos em 31 de dezembro de 2023		91.953	18.391	121.332	-	231.676

As notas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		95.513	82.558
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	9 e 10	24.181	24.207
Baixa de imobilizado e intangível	9 e 10	65	243
(Reversão) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa		(658)	(1.587)
Provisão para riscos processuais	12	(9.944)	2.214
Variações monetárias e encargos, líquidos		3.568	9.315
Impostos diferidos		(2.792)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(609)	(1.454)
Estoques		169	(552)
Impostos a recuperar	6.b	948	1.910
Depósitos judiciais	7	9.283	(319)
Adiantamentos		(1.825)	(960)
Partes relacionadas		264	26
Outros créditos		352	33
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.759	(2.501)
Obrigações com empregados e administradores		798	1.033
Impostos a recolher		(1.247)	1.189
Partes relacionadas		(4.613)	-
Outras obrigações e contas a pagar		183	(72)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(25.669)	(29.344)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	11	(4.462)	(9.504)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		85.264	76.435
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	9	(3.422)	(2.001)
Aquisição de intangível	10 e 20	(2.898)	(2.127)
Aplicações financeiras		-	7.645
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		(6.320)	3.517
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	11	(88.101)	(17.946)
Aplicação financeira vinculada		5.481	(527)
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos		(86.614)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(169.234)	(18.473)
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e Equivalentes de caixa		(90.290)	61.479
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	105.552	44.073
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	15.262	105.552
Aumento (redução) líquido no saldo de caixa e Equivalentes de caixa		(90.290)	61.479

As notas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas		184.101	183.160
Receita operacional	14	183.800	183.009
Outras receitas		301	151
Insumos adquiridos de terceiros		(24.771)	(31.906)
Custo das mercadorias e serviços vendidos		(1.584)	(1.316)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(22.465)	(28.762)
Perda/recuperação de valores ativos		(659)	(1.587)
Outros custos		(63)	(241)
Valor adicionado bruto		159.330	151.254
Retenções		(24.181)	(24.207)
Depreciação e amortização	9 e 10	(24.181)	(24.207)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		135.149	127.047
Valor adicionado recebido em transferência		11.629	12.677
Receitas financeiras	16	11.629	12.677
Total do valor adicionado a distribuir		146.778	139.724
Distribuição do valor adicionado		146.778	139.724
Pessoal e encargos		24.081	22.786
Remuneração direta		16.831	15.612
Benefícios		6.144	5.836
FGTS		1.106	1.338
Impostos, taxas e contribuições		52.612	48.289
Federais		43.203	39.002
Municipais		9.409	9.287
Remuneração capital de terceiros		6.447	13.719
Juros		4.001	10.953
Variação		966	1.820
Aluguéis		1.013	376
Outros		467	570
Remuneração de capital próprio		63.638	54.930
Lucro no exercício		63.638	54.930

As notas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1 Operações da Companhia

A Linha Amarela S.A. (LAMSA ou Companhia ou Concessionária), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil, foi fundada em 21 de novembro de 1995. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria "B", e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 40 anos, contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998 e encerrando-se em dezembro de 2037, conforme previsto no 11.º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (INVEPAR).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 60.189 (R\$ 78.194 em 31 de dezembro de 2022). A redução no capital circulante líquido negativo é decorrente do pagamento das debêntures no montante de R\$ 16.613, bem como da distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 92.830. Desconsiderando este último evento, o capital circulante líquido da Companhia seria positivo em R\$ 32.641.

A Companhia entende que o seu fluxo de caixa operacional faz frente às suas obrigações pelos próximos 12 meses. Além disso, se necessário, a LAMSA poderá receber suporte financeiro de sua controladora INVEPAR, na medida de sua disponibilidade, de modo a reduzir as dificuldades financeiras de curto prazo, caso ocorram.

1.2 Continuidade operacional em relação a litígio com o Poder Concedente

Em 29 de outubro de 2019, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro enviou Projeto de Lei Complementar à Câmara Municipal para ser votado, em regime de urgência, com o objetivo de encampação do contrato de concessão da Linha Amarela, sendo aprovado em 05 de novembro de 2019 e convertido na Lei Complementar nº 213 na mesma data, prevendo: (i) a amortização da indenização à concessionária pelos prejuízos apurados pelos órgãos fiscalizadores e pelo Executivo; e (ii) a possibilidade de a Prefeitura constituir caução para eventual indenização à concessionária. Em 06 de novembro de 2019, a LAMSA obteve decisão judicial favorável, assegurando a execução do Contrato de Concessão até que se estabeleça processo administrativo, garantindo o direito da Concessionária à ampla defesa e à indenização prévia.

Após diversas liminares favoráveis que garantiram a execução do contrato de concessão, em 16 de setembro de 2020, o Município do Rio de Janeiro obteve liminar (SLS nº 2792) junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), assegurando o prosseguimento dos atos de encampação, suspendendo a cobrança de tarifa. E, em 03 de março de 2021, após Reclamação (RCL) 43697 apresentada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministro Luiz Fux, deferiu liminar e suspendeu os efeitos da decisão obtida pelo Município do Rio de Janeiro.

A cobrança da tarifa foi restabelecida em 09 de abril de 2021, com o valor provisório de R\$ 4,00 (quatro reais), fixado pelo juízo, após audiência de conciliação realizada em 05 de abril de 2021, na qual ficou ajustada a realização de perícia no processo de origem (TJRJ nº 0337389-74.2019.8.19.0001) para apurar os desequilíbrios apontados pelas partes.

A perícia realizada pela Alumni COPPEAD e concluída em 22 de novembro de 2021, evidenciou um desequilíbrio em favor da Concessionária e evidenciou um eventual sobrepreço nas obras realizadas com base no 11.º Termo Aditivo - TA do Contrato de Concessão nº 513/94, sendo deferido prazo às partes para manifestação sobre o laudo, para posterior esclarecimento técnico e envio ao Supremo Tribunal Federal. Cabe ressaltar que no laudo elaborado pela Alumni COPPEAD a expressão "sobrepreço" não é qualificadora de ato ilícito, apenas que não encontrou subsídios para diferença orçamentária.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 29 de setembro de 2022, a Prefeitura do Rio de Janeiro, considerando a perícia realizada pela Alumni COPPEAD, na questão da indicação de potencial sobrepreço nas obras executadas, não considerando o desequilíbrio apresentado no referido laudo, notificou a Companhia através do Ofício nº MTR-OFI-2022/00450, autorizando a abertura do processo sob o nº 03/000.200/202 para apurar a nulidade do 11.º Aditivo - TA do Contrato de Concessão nº 513/94, tendo o prazo de 10 dias para pronunciamento. O 11.º Aditivo a que se refere trata da prorrogação do prazo da Concessão por mais 15 anos, passando o contrato a vigorar por 480 meses (40 anos) a contar do início da cobrança do pedágio, ocorrida em 1º de janeiro de 1998. Este tema foi divulgado ao mercado em 30 de setembro de 2022, através de fato relevante.

A Companhia entende que não é correto falar-se em nulidade do 11º Termo Aditivo do Contrato de Concessão tendo em vista, que não há prova de qualquer ato ilícito praticado quando de sua celebração, e ainda, essa questão é objeto de ações judiciais que tramitam na justiça do Rio de Janeiro, não podendo administrativamente a Prefeitura do Rio de Janeiro decidir sobre essa matéria.

Em 12 de dezembro de 2022 foi realizada audiência entre as partes e ficou acordado que o Município prosseguiria com a suspensão do processo administrativo, bem como não iniciaria nova licitação até o esclarecimento do laudo pericial em nova audiência agendada para 2 de fevereiro de 2023, sendo esta prorrogada para 10 de março de 2023 conforme despacho emitido em 30 de janeiro de 2023.

Em audiência realizada no dia 10 de março de 2023 no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foram ouvidos os peritos da COPPEAD para esclarecimentos sobre o laudo. Adicionalmente a juíza suspendeu o procedimento administrativo de nulidade do contrato de concessão até a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a reclamação formulada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

No dia 10 de março de 2023 teve início a sessão virtual no STF em relação à reclamação (RCL 43 697) da ABCR sobre o caso da encampação da Linha Amarela autorizada pelo Ministro Humberto Martins no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 16 de setembro de 2020. No dia 14 de março de 2023 o Ministro Luiz Fux pediu vistas no processo suspendendo-o.

Em 25 de junho de 2023 houve a devolução dos autos para julgamento agendado para 04 a 14 de agosto de 2023, em sessão virtual no STF. No dia 5 de agosto de 2023 o Ministro Nunes Marques pediu vistas ao processo.

Em 20 de novembro de 2023, foi efetuado devolução dos autos para julgamento em sessão virtual agendada entre os dias 01 de dezembro de 2023 a 11 de dezembro de 2023.

Em 04 de dezembro de 2023, em sessão virtual, o Ministro Gilmar Mendes pediu vistas ao processo, sendo esse suspenso.

2 Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*).

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 22 de março de 2024.

2.1 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Equivalentes de caixa, Aplicação financeira e outros Instrumentos financeiros.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia.

2.2 Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) (IFRIC 12)

A contabilização das operações provenientes do contrato de concessão é feita conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem permissão apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.3 Reconhecimento de receitas

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de modo confiável:

(a) Receita de serviços

As receitas provenientes de pedágio são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da via expressa pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Companhia não constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, tendo em vista que não há expectativa de perda nos recebíveis na data base de 31 de dezembro de 2023. A Companhia faz periodicamente testes de recuperabilidade dos recebíveis.

2.6 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de maneira prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.8 Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda em relação ao valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.9 Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor contábil. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.10 Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Nome do tributo</u>	<u>Sigla</u>	<u>Receitas de pedágio</u>	<u>Demais receitas</u>	<u>Receitas financeiras</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISS	5,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme o CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício inclui o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, levando-se em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, estas são revisadas em períodos menores. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e conseqüentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.11 Benefícios aos empregados

A Companhia possui planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para os seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até 12 meses após o período que se refere as demonstrações contábeis em que os empregados prestaram o serviço.

2.12 Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.14 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme a Deliberação CVM nº 76/2022.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. No reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de seus fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa efetiva de juros, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.15 Informações por segmento

A Administração da Concessionária, baseia as suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações financeiras. As informações financeiras são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão de rodovias” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

2.16 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2.17 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

(a) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

(b) Estimativas e premissas

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento, que tem como base as projeções até o término do prazo de concessão, e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos futuros, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão

2.18 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

(a) Pronunciamentos revisados aplicados pela primeira vez em 2023.

A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma) bem como, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro - O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro), é uma nova norma de contabilidade com alcance para todos os tipos de contratos de seguro, independentemente do tipo de entidades que os emitem, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Concessionária.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações na IAS 8 - As alterações na IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Concessionária.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações na IAS 1 e na IFRS Practice Statement 2 - As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Concessionária.

Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações da IAS 12 - As alterações estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Concessionária.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações na IAS 12 -As alterações na IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS, que incluem uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois e requisitos de divulgação para entidades afetadas.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Concessionária.

(b) Normas alteradas e não vigentes

Alterações na IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento) - Vigente a partir de janeiro/2024. Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações na IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 R2 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Concessionária.

Alterações na IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante - Vigente a partir de 1º de janeiro/2024. Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 da IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Concessionária.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações na IAS 7 e na IFRS 7 - Vigente a partir de 1º de janeiro 2024. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações na IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa) e na IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Concessionária.

3 Contrato de concessão

A Companhia detém o contrato de concessão para operação e manutenção da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. A concessão foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o contrato de concessão foi assinado em dezembro de 1994. Após o período de construção, a via foi inaugurada e teve a cobrança de pedágio iniciada em janeiro de 1998, por um prazo de 162 meses (13,5 anos). O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio no 1º dia de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial ("IPCA-E").

Em janeiro de 1999, foi assinado o 5º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu a construção do Lote IV da Linha Amarela (trecho que vai do Viaduto Sampaio Corrêa até a Ilha do Fundão), na ordem de R\$ 62,8 milhões, com contrapartida na prorrogação do prazo de concessão para um total de 300 meses (25 anos), se estendendo até 2022.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações determinadas pela Prefeitura, na ordem de R\$ 251 milhões, para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente a melhoria da fluidez viária.

Como contrapartida destes investimentos, que foram realizados e concluídos pela Companhia, o Poder Concedente prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos, estendendo até 2037, e reajustou a tarifa em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre os anos 2012 e 2015.

A Companhia possui compromisso contratual de assegurar que o serviço de operação da Linha Amarela (RJ) seja prestado de maneira a garantir a qualidade e segurança, satisfazendo, durante toda a vigência do Contrato, as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas. A qualidade dos serviços prestados é avaliada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Informações sobre o processo de litígio com o Poder Concedente vide Nota 1.2.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa		
Caixa e bancos	643	5.220
Equivalentes de caixa		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	14.619	55.791
Aplicação financeira	-	44.541
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>15.262</u>	<u>105.552</u>

Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm alta liquidez e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa de curto prazo e sem risco de mudança de valor. A rentabilidade média destas aplicações em 31 de dezembro de 2023 é de 100,68% do CDI (100,83% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

5 Contas a receber

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valores a receber de pedágios	10.859	9.592
Total circulante	<u>10.859</u>	<u>9.592</u>
Total do contas a receber	<u>10.859</u>	<u>9.592</u>

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Total	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor	Saldos vencidos		
			< 30 dias	de 31 - 60 dias	de 61 - 90 dias
31 de dezembro de 2023	10.859	10.649	-	140	70
31 de dezembro de 2022	9.592	9.514	-	54	24

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia em 31 de dezembro de 2023 reconheceu como perda definitiva de R\$ 658 (R\$ 1.587 em 31 de dezembro de 2022).

6 Impostos, taxas e contribuições

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo diferido		
Provisão para riscos processuais	2.276	5.328
Provisão na participação nos lucros e resultados (PLR)	343	393
Provisões não dedutíveis	543	477
Total do ativo fiscal diferido	3.162	6.198
Passivo diferido		
Amortização do direito de concessão e margem de construção	(3.263)	(3.495)
Outros diferidos passivos	(158)	(171)
Total do passivo fiscal diferido	(3.421)	(3.666)
Impostos diferidos	(259)	2.532

Na tabela a seguir, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

<u>Projeções de resultados tributáveis</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
2023	-	870
2024	666	533
2025	580	533
2026	1.911	533
2027	5	533
2028 em diante	-	3.196
Total dos ativos fiscais diferidos	3.162	6.198
Total dos passivos fiscais diferidos	(3.421)	(3.666)
Total dos impostos diferidos (Passivo)	(259)	2.532

(b) Tributos a recuperar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	27.260	28.423
Outros	215	-
Total	27.475	28.423

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) Tributos a recolher

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ISS	818	881
IRPJ e CSLL	29.083	29.421
PIS e COFINS	616	695
IRRF e CSRF	22	166
Total	<u>30.539</u>	<u>31.163</u>

(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	95.513	82.558
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(32.474)	(28.069)
Adições permanentes	(228)	(139)
Exclusões permanentes	137	-
Incentivos fiscais (*)	666	556
Outros	24	24
Total dos impostos no resultado	<u>(31.875)</u>	<u>(27.628)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(29.083)	(29.482)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(2.792)	1.854
Total dos impostos no resultado	<u>(31.875)</u>	<u>(27.628)</u>
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	33%	33%

(*) LAMSA é beneficiada pelo "PAT em dobro" que deduz as despesas com alimentação no resultado da apuração do Lucro Real, também possibilitando excluir os valores gastos diretamente da base tributável do IRPJ.

7 Depósitos judiciais

	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis (a)	8.718	11	(8.826)	180	83
Tributários (b)	6.254	-	-	707	6.961
Trabalhistas	1.328	102	(570)	88	948
Total	<u>16.300</u>	<u>113</u>	<u>(9.396)</u>	<u>975</u>	<u>7.992</u>

(a) Representado, substancialmente, por depósito em garantia em ação indenizatória, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ, em que a LAMSA vem buscando a reversão do julgado. Todavia, o autor ingressou com o incidente de cumprimento provisório de sentença e pleiteou o pagamento dos valores conferidos em sentença, que somam R\$ 8.826. Em março de 2023 o prognóstico de perda foi alterado para possível e o depósito foi revertido em favor da Companhia. A LAMSA obteve ganho de causa, uma vez que a sentença foi anulada, e por consequência, o processo será novamente julgado (Vide Nota n.º 11).

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- (b) Em 2000, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, retendo deste e recolhendo, indevidamente, o montante referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Diante da inapropriada retenção de imposto, efetuou o complemento do pagamento ao referido acionista e compensou o valor recolhido ao fisco. Em agosto de 2006, a 5.ª Vara Federal de execução fiscal, expediu mandado intimando a Companhia a efetuar o pagamento de R\$ 1.439 referente à compensação fiscal acima mencionada, o qual foi atendido através do depósito judicial realizado em setembro de 2006. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que o processo no qual esse depósito está vinculado possui expectativa de perda remota, não sendo necessária nova constituição de provisão para riscos.

8 Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes que refletem as condições praticadas no mercado, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) as quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2023		Resultado Receita Despesa
			Ativo Circulante	Passivo Circulante	
INVEPAR	Compartilhamento de despesas	Controladora	-	-	-
INVEPAR	Dividendos/JSCP	Controladora	-	77.559	15.271
Total			-	77.559	15.271

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2022		Resultado Receita Despesa
			Ativo Circulante	Passivo Circulante	
INVEPAR	Compartilhamento de despesas	Controladora	264	4.613	-
INVEPAR	Dividendos/JSCP	Controladora	-	164.173	-
Total			264	168.786	-

Remuneração da Administração

Em 28 de abril de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a remuneração global anual dos administradores de até R\$ 1.360 para o exercício de 2023.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Composição	31/12/2023	31/12/2022
Pró-labore	518	126
Bônus Variáveis	336	-
Encargos	171	25
Outros benefícios	42	7
Total	1.067	158

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

9 Imobilizado

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2022	Adições	Baixas	(*) Transferências	31/12/2023
Custo						
Máquinas e equipamentos	10	17.021	139	(174)	106	17.092
Instalações	10	4.130	36	-	-	4.166
Móveis e utensílios	10	1.937	11	(46)	-	1.902
Veículos	20	5.646	231	(166)	-	5.711
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	4	4.270	25	-	-	4.295
Equipamentos de informática	20	6.731	73	(138)	114	6.780
Imobilizado em andamento		708	2.027	-	(1.859)	876
Outros		704	880	(2)	(983)	599
		41.147	3.422	(526)	(2.622)	41.421
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(11.465)	(1.199)	142	-	(12.522)
Instalações		(3.566)	(97)	-	-	(3.663)
Móveis e utensílios		(1.256)	(173)	38	-	(1.391)
Veículos		(4.153)	(553)	166	-	(4.540)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(2.035)	(218)	-	-	(2.253)
Equipamentos de informática		(4.874)	(583)	136	-	(5.321)
		(27.349)	(2.823)	482	-	(29.690)
Total		13.798	599	(44)	(2.622)	11.731

(*) Em 31 de dezembro de 2023, houve transferências do imobilizado para o intangível referente aos projetos classificados no imobilizado em outros.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2021	Adições	Baixas	(*) Transferências	31/12/2022
Custo						
Máquinas e equipamentos	10	20.555	177	(3.949)	238	17.021
Instalações	10	3.998	132	-	-	4.130
Móveis e utensílios	10	1.898	57	(33)	15	1.937
Veículos	20	5.841	-	(639)	444	5.646
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	4	4.270	-	-	-	4.270
Equipamentos de informática	20	7.099	475	(1.403)	560	6.731
Imobilizado em andamento		194	758	-	(244)	708
Outros		332	402	-	(30)	704
		44.187	2.001	(6.024)	983	41.147
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(13.767)	(1.412)	3.714	-	(11.465)
Instalações		(3.477)	(89)	-	-	(3.566)
Móveis e utensílios		(1.117)	(172)	33	-	(1.256)
Veículos		(4.236)	(555)	638	-	(4.153)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(1.789)	(246)	-	-	(2.035)
Equipamentos de informática		(5.803)	(467)	1.396	-	(4.874)
		(30.189)	(2.941)	5.781	-	(27.349)
Total		13.998	(940)	(243)	983	13.798

(*) Em 31 de dezembro de 2022, houve transferências do imobilizado para o intangível referente aos projetos classificados no imobilizado em outros.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

10 Intangível

	<u>Prazo vida útil</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências *</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo						
Software	5 anos	9.011	30	-	-	9.041
Investimento para concessão	(a)	605.267	86	(25)	3.636	608.964
Andamento	(b)	703	1.408	-	(1.014)	1.097
Outros		-	195	-	-	195
		614.981	1.719	(25)	2.622	619.297
Amortização						
Software		(8.252)	(286)	-	-	(8.538)
Investimento para concessão		(295.326)	(21.072)	4	-	(316.394)
		(303.578)	(21.358)	4	-	(324.932)
Total		311.403	(19.639)	(21)	2.622	294.365

(*) Em 31 de dezembro de 2023, houve transferências do imobilizado para o intangível referente aos projetos classificados no imobilizado na rubrica de outros.

- (a) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 31 de dezembro de 2037, conforme mencionado na Nota n.º 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.
- (b) As adições ocorridas referem-se, basicamente, iluminação da via, pistas automáticas, sinalização e túneis.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Custo	Prazo vida útil	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Software	5 anos	8.794	104	-	113	9.011
Investimento para concessão	(a)	603.314	-	-	1.953	605.267
Andamento	(b)	2.124	1.628	-	(3.049)	703
		614.232	1.732	-	(983)	614.981
Amortização						
Software		(7.900)	(352)	-	-	(8.252)
Investimento para concessão		(274.412)	(20.914)	-	-	(295.326)
		(282.312)	(21.266)	-	-	(303.578)
Total		331.920	(19.534)	-	(983)	311.403

- (a) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 31 de dezembro de 2037, conforme mencionado na Nota n.º 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.
- (b) As adições ocorridas referem-se, basicamente, à revitalização de passarelas, iluminação da via, pistas automáticas, sinalização e túneis.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Redução ao valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível e ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. A Administração efetua análise, no mínimo anualmente, do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foram consideradas: (i) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia até o fim da concessão; (ii) manutenção da concessão até 2037 conforme o contrato de concessão, (iii) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); e (iv) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*weighted average cost of capital - WACC*) para descontar o fluxo operacional da concessionária.

Em 31 de dezembro de 2023, não foram identificados indicativos de ativos intangíveis e imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11 Debêntures

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo das debêntures estava composto da seguinte forma:

Tipo / Credor	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos	31/12/2023			31/12/2022		
					Total circulante	Total não circulante	TOTAL	Total circulante	Total não circulante	TOTAL
Debêntures	Real	mai/27	TR	9,50% a.a.	-	-	-	22.094	66.891	88.985
					-	-	-	22.094	66.891	88.985
			Aplicação financeira vinculada		-	-	-	(5.481)	-	(5.481)
			Total dívida líquida		-	-	-	16.613	66.891	83.504

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2022	Pagamento		Provisão juros	Transferência	31/12/2023
		Principal	Juros			
Debêntures CEF	22.094	(88.101)	(4.462)	3.578	66.891	-
Passivo circulante	22.094	(88.101)	(4.462)	3.578	66.891	-
Debêntures CEF	66.891	-	-	-	(66.891)	-
Passivo não circulante	66.891	-	-	-	(66.891)	-
Total de empréstimos e financiamentos	88.985	(88.101)	(4.462)	3.578	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	(5.481)					-
Total dívida líquida	83.504					-

	31/12/2021	Pagamento		Provisão juros	Transferência	31/12/2022
		Principal	Juros			
Debêntures CEF	19.578	(17.946)	(9.504)	10.388	19.578	22.094
Passivo circulante	19.578	(17.946)	(9.504)	10.388	19.578	22.094
Debêntures CEF	86.469	-	-	-	(19.578)	66.891
Passivo não circulante	86.469	-	-	-	(19.578)	66.891
Total de empréstimos e financiamentos	106.047	(17.946)	(9.504)	10.388	-	88.985
Aplicações financeiras vinculadas	(4.954)					(5.481)
Total dívida líquida	101.093					83.504

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Cláusulas restritivas

<u>Empresa</u>	<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
LAMSA	2ª Emissão de debêntures (CEF)	ICSD DL/EBITDA EBITDA/DFL	≥ 1,3 ≤ 2 ≥ 1,5	Anual Trimestral(II) Trimestral(II)

(ii) A quebra do *Covenants* só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses.

A falta de cumprimento pela Companhia dos índices anteriormente mencionados somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações contábeis trimestrais e auditadas por, no mínimo, 2 (dois) trimestres civis consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres civis não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de março de 2023, em função da não renovação do *waiver*, 100% da dívida foi transferida para o passivo circulante.

Hipóteses de vencimento antecipado

- Os contratos de financiamento na Companhia possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários.
- Os contratos de financiamento na Companhia possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos.
- Os contratos de financiamento na Companhia possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos.
- Os contratos de financiamento de longo prazo na Companhia possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário.

Rebaixamento de *rating*

A escritura das debêntures possui como uma das hipóteses de vencimento antecipado, a obrigação de manutenção da classificação de risco igual ou superior a “Baa1.br”, portanto, maior que a classificação atual. Para que não haja decretação de vencimento antecipado, é necessária a convocação de Assembleia Geral de Debenturistas - AGD.

Em 21 de julho de 2022, a Agência de classificação e riscos Moody's elevou a classificação de risco atribuída à 2ª emissão de debêntures privada da LAMSA, passando de 'CCC+br' para 'BB+br', com perspectiva positiva.

Em 1.º de agosto de 2022, a Assembleia Geral de Debenturistas prorrogou a renúncia temporária dos efeitos da *rating* para vencimento antecipado da dívida por mais 06 (seis) meses, contados de 1.º de agosto de 2022 até 1.º de fevereiro de 2023.

Em 7 de outubro de 2022, a Companhia divulgou fato relevante informando que a agência de classificação de risco Moody's, colocou em revisão para rebaixamento o *rating* da 2ª Emissão de Debêntures da LAMSA, devido às incertezas geradas pelo processo administrativo de apuração da nulidade do 11.º termo aditivo ao Contrato de Concessão iniciado pelo Município do Rio de Janeiro, conforme fato relevante divulgado em 30 de setembro de 2022.

No dia 26 de abril de 2023 houve instalação de AGD para (i) declaração, ou não, do vencimento antecipado das debêntures com base na não obtenção de *waiver* do *rating* da Emissão ou (ii) em caso de não declaração de vencimento antecipado, deliberar sobre a prorrogação da suspensão dos efeitos do *rating* da Emissão. Em 22 de abril de 2023 foi proferida decisão liminar determinando que o Debenturista se abstenha de declarar o vencimento antecipado. Em função disso a AGD foi suspensa e agendada a retomada em 24 de maio de 2023.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

No dia 19 de maio de 2023 a Companhia divulgou fato relevante informando que a agência de classificação de risco Moody's, manteve a classificação de risco atribuída à 2.ª emissão de debêntures privada da LAMSA, em 'BB+br', tendo sido alterada a perspectiva de "Em revisão" para "Negativa", pelo mesmo motivo que ensejou a revisão: incertezas geradas pelo processo administrativo de apuração de nulidade do 11.º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão iniciado pelo Município do Rio de Janeiro, conforme divulgado no Fato Relevante emitido em 30 de setembro de 2022.

No dia 24 de maio de 2023, em atendimento à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 44, de 23 de agosto de 2021, a Companhia informou ao mercado que, nesta data, foi declarado o vencimento antecipado da dívida correspondente às debêntures da 2.ª emissão privada da LAMSA ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente) com fundamento na redução da sua classificação de risco conforme análise da Moody's América Latina Ltda. para nível inferior a Baa1, evento não pecuniário, conforme prevê a cláusula 7.1 (jj) da escritura da Emissão.

Em 25 de maio de 2023, a Concessionária efetuou o pagamento no montante de R\$ 80.549 referente à quitação de principal e juros correspondentes ao saldo em aberto de debêntures.

12 Provisão para riscos processuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, cujas perdas foram consideradas como prováveis, como segue:

Riscos prováveis

Composição do Risco

Natureza do risco	31/12/2023		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	5.009	5.891	10.900
Cíveis	1.684	22.768	24.452
Tributárias	-	2.469	2.469
Total	6.693	31.128	37.821

Natureza do risco	31/12/2022		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	5.027	8.508	13.535
Cíveis	10.645	14.831	25.476
Tributárias	-	3.161	3.161
Total	15.672	26.500	42.172

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação:

<u>Natureza do risco</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2023</u>
Trabalhistas (a)	5.027	711	(1.277)	548	5.009
Cíveis (b)	10.645	249	(9.627)	417	1.684
Total	15.672	960	(10.904)	965	6.693

<u>Natureza do risco</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas (a)	2.498	2.999	(1.108)	638	5.027
Cíveis (b)	9.342	489	(166)	980	10.645
Total	11.840	3.488	(1.274)	1.618	15.672

(a) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e ex-colaboradores terceirizados, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de verbas rescisórias, reintegração, equiparação salarial, dentre outros, sendo os pedidos de ex-colaboradores terceirizados, em sua maioria, de responsabilidade subsidiária.

(b) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de acidentes e incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

Em 31 de dezembro de 2023, a provisão cível está representada substancialmente, por ação indenizatória, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ, em decorrência de acidente ocorrido em maio de 1999 que levou ao falecimento do ex-marido e pai dos autores. A Companhia entende que a indenização não é devida porque o acidente ocorreu fora dos limites da concessão da Linha Amarela, como inclusive atestou a Prefeitura através de ofício. Em março de 2023 o prognóstico de perda foi alterado para possível e com isso foi realizada a reversão da provisão no montante de R\$ 8.994, pois, a Companhia obteve ganho de causa através de uma liminar, e o processo será novamente julgado.

Riscos possíveis

A Companhia é ré em processos de natureza cível, tributária e trabalhista, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Os prognósticos são atualizados conforme o andamento do processo e estudos dos assessores jurídicos da Companhia frente aos acontecimentos jurídicos do período. As causas cíveis envolvem, principalmente indenizatórias com pedidos de materiais, danos morais, pedidos de pensão e lucros cessantes. Segue composição dos processos por natureza dos riscos:

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Composição dos riscos

<u>Natureza do risco</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Trabalhistas	5.891	8.508
Cíveis	22.768	14.831
Tributários	2.469	3.161
Total	31.128	26.500

13 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 91.953 (R\$ 91.953 em 31 de dezembro de 2022), divididos em 212.000.650 ações, sendo 70.666.879 ações ordinárias e 141.333.771 ações preferenciais, sem valor nominal e não conversíveis entre si.

<u>Composição acionária</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	70.666.879	141.333.771	212.000.650	100,00
Total	70.666.879	141.333.771	212.000.650	100,00

(b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei das sociedades por ações. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo dessa reserva apresenta o montante de R\$ 18.391, (R\$ 15.836 em 31 de dezembro de 2022).

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, o Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e sobre estes decidir o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo uma atribuição conferida ao Conselho de Administração.

	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	63.638
Reserva legal	(2.555)
Lucro antes da destinação	61.083
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	15.271
Dividendos adicionais propostos	45.812

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi destinado o lucro líquido do exercício no montante R\$ 63.638, R\$ 2.555 para constituição da Reserva Legal, conforme a Lei n.º 6.404/76 ("Lei das S.A.") R\$ 15.271 a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 45.812 como dividendos adicionais propostos.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 2023, a Companhia pagou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 82.046, correspondente aos anos de 2018 e 2019 e juros sobre o capital próprio (JSCP) no montante de R\$ 4.568 correspondente ao ano de 2019.

Os saldos de dividendos e JSCP a pagar em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 que constam em aberto, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos 2018	-	48.150
Dividendos 2019	52.386	86.282
JSCP 2019	-	4.568
Dividendos 2020	7.860	7.860
Dividendos 2021	4.267	4.267
Dividendos 2022	13.046	13.046
Total do passivo circulante	77.559	164.173
Dividendos 2023	15.271	-
Total do passivo não circulante	15.271	-
Total	92.830	164.173

(d) Dividendos adicionais propostos

A Companhia possui a título de dividendos adicionais propostos o montante de R\$ 121.332 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 75.520 em 31 de dezembro de 2022.

14 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de pedágio	183.800	183.009
Impostos, deduções e cancelamentos	(15.899)	(15.830)
Receita total	167.901	167.179

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

15 Despesas e custos por natureza

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pessoal e encargos	(28.125)	(26.884)
Depreciação e amortização	(24.181)	(24.207)
Outras receitas (despesas) operacionais	(8.753)	(8.280)
Serviços de terceiros	(6.552)	(6.927)
Conservação e manutenção	(8.833)	(4.674)
Seguros e garantias	(3.963)	(3.220)
Energia elétrica	(2.574)	(3.623)
Consultoria e assessoria	(3.776)	(3.148)
Aluguéis e impostos	(1.516)	(628)
Contingências	9.943	(2.010)
	<u>(78.330)</u>	<u>(83.601)</u>
Custo de serviços prestados	(66.815)	(62.149)
Despesas gerais e administrativas	(11.441)	(21.127)
Outras receitas (despesas) operacionais	(74)	(325)
	<u>(78.330)</u>	<u>(83.601)</u>

16 Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	10.636	9.417
Outros	993	3.260
Total receitas financeiras	<u>11.629</u>	<u>12.677</u>
Despesas financeiras		
Juros e encargos sobre debêntures	(3.577)	(10.269)
Outros	(1.782)	(2.978)
Comissões e despesas bancárias	(328)	(450)
Total despesas financeiras	<u>(5.687)</u>	<u>(13.697)</u>
Total resultado financeiro	<u>5.942</u>	<u>(1.020)</u>

17 Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Lucro de operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	21.213	42.425	63.638	18.310	36.620	54.930
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	70.667	141.334	212.001	70.667	141.334	212.001
Lucro básico por ação (R\$)	0,3002	0,3002		0,2591	0,2591	

18 Seguros

A Companhia mantém seguro garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Início	Vencimento	Seguradora	Objeto
Garantia ao Poder Concedente	R\$ 36.033	18/12/2023	18/12/2024	BMG	(a)
Responsabilidade Civil Geral	R\$ 60.000	01/08/2023	01/08/2024	Tokio Marine	(b)
Responsabilidade Civil Administradores D&O	R\$ 100.000	04/05/2023	04/05/2024	Berkley	-
Riscos Operacionais	R\$ 280.399	01/08/2023	01/08/2024	Tokio Marine	(c)
Veículos	100% FIPE	24/08/2023	24/08/2024	Porto Seguro	-

- (a) Garantir o cumprimento das obrigações oriundas do contrato de concessão n.º 513/94 datado de 9 de dezembro de 1994 e do 11.º Termo Aditivo, compreendendo a operação e manutenção da via do subtrecho da Linha Amarela entre a Cidade de Deus (KM 6) e o viaduto Sampaio Corrêa (KM 21) e a Ilha do Fundão.
- (b) Garantir até o limite máximo da importância segurada, perdas resultantes de danos corporais e materiais causados a terceiros, decorrentes da operação da empresa segurada, desde que sejam involuntários e acidentais. O seguro garante o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas, ou despendidas pelo segurado, nas reparações de danos involuntários, materiais e /ou corporais causados a terceiros, e /ou nas ações emergências empreendidas, com objetivo de evitá-lo ou minerar seus efeitos.
- (c) Garantir até o limite máximo da importância segurada, danos acidentais causados aos veículos segurados, que o segurado venha a sofrer em consequência dos riscos cobertos aos bens segurados, enquanto estiverem nos locais definidos na apólice. Condição igualmente aplicável quando da realização de obras de reforma e /ou ampliação. Garantir também o limite máximo da indenização a cobertura de Lucros Cessantes pela perda temporária de receita decorrente da interrupção das atividades causadas por danos materiais à empresa segurada.

19 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados através de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão apresentados a seguir:

Instrumentos Financeiros	31/12/2023	31/12/2022
	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos		
Partes relacionadas	-	264
Total do ativo	-	264
Passivos		
Fornecedores	5.485	4.905
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	83.504
Partes relacionadas	-	4.613
Obrigações com empregados e administradores	5.805	5.007
Total do passivo	11.290	98.029

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre a sua determinação.

Os saldos em conta corrente mantido em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia apurar ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI.

(c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente em bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diferentes instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Notas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(d) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço - que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos e equivalentes de caixa.

(e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros.

No quadro abaixo, demonstramos o cenário provável sobre os ativos e passivos financeiros adotado pela Concessionária com base em projeções de indicadores do Banco Central do Brasil, principais instituições financeiras e nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, com os respectivos impactos nos resultados da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário provável</u>		
DI Ativo (% ao ano)			11,65%
TR Passivo (% ao ano)			1,76%

<u>Operação</u>	<u>Risco/ indexador</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>
Ativo financeiro			
Caixa e equivalentes de caixa	DI	15.262	1.778
TOTAL		15.262	1.778

20 Informações por segmento

A Administração da Concessionária, baseia as suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações financeiras. As informações financeiras são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "concessão de rodovias" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

21 Transação não caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	1.179	395
Total	1.179	395

* * *